Fatos não narrados na denúncia impedem condenação

Réu não pode ser condenado por fatos não narrados explicitamente na peça acusatória. O entendimento é da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal. Os ministros determinaram a extinção da Ação Penal aberta contra um comerciante em Araguaína, no Tocantins.

O comerciante foi condenado a mais de dois anos de reclusão, pela 3ª Vara Criminal, por denúncia caluniosa (artigo 339 do Código Penal) contra um auditor fiscal, que à época dos fatos era delegado fiscal na cidade.

Como representante do frigorífico Frinorte Alimentos, o comerciante denunciou o auditor fiscal. Alegou que, a partir de 1997, passou a ser vítima de oferecimento de benefícios fiscais em troca de favores. Por não ter cedido às tentativas de extorsão, o comerciante diz que começou a ser perseguido pela fiscalização tributária da região.

Em consequência, foi aberta uma sindicância administrativa para apurar a suposta prática de corrupção passiva por parte do auditor, que em 1998 se tornou chefe da Corregedoria Fiscal da Secretaria da Fazenda de Tocantins. A Sindicância concluiu pela improcedência da denúncia e, com base nesse resultado, o auditor acusou o comerciante de denúncia caluniosa.

O relator do caso, ministro Joaquim Barbosa, defendeu o trancamento da ação aberta contra o comerciante por falta de justa causa na denúncia. Para ele, faltaram indícios mínimos de que o comerciante acusou o auditor, mesmo sabendo de sua inocência (o chamado *dolo direto*). “O réu não pode ser condenado por fatos não narrados explicitamente na peça acusatória”, ressaltou.

Joaquim Barbosa apontou, ainda, falhas graves na sindicância feita para apurar a denúncia de corrupção passiva contra o auditor. Segundo ele, não foi investigada a acusação de tratamento fiscal desigual dado às empresas frigoríficas da região de Araguaína e as testemunhas arroladas pelo comerciante não teriam sido sequer ouvidas.

“Isso é um caso típico de abuso. Uma tentativa de intimidação de quem representa contra servidor público”, disse o ministro Cezar Peluso ao comentar o caso. A decisão da 2ª Turma foi unânime.

RHC 85.023

Date Created

09/05/2007